



Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

INCLUSÃO E DIVERSIDADE: Um desafio em uma Escola de Ensino Especial do DF

Rivaneide Magalhães dos Santos Silva

Orientadora Prof^a. Dra. Rita Silvana Santana dos Santos

Tutora orientadora Prof^a. Ma Lucilene Costa e Silva

Brasília – DF, 19 de Dezembro de 2015.

Rivaneide Magalhães dos Santos Silva

INCLUSÃO E DIVERSIDADE: Um desafio em uma Escola de Ensino Especial do DF

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica sob orientação da Prof^a. Dra. Rita Silvana Santana dos Santos e da tutora Prof^a. Ma. Lucilene Costa e Silva.

TERMO DE APROVAÇÃO

Rivaneide Magalhães dos Santos Silva

INCLUSÃO E DIVERSIDADE: Um desafio em uma Escola de Ensino Especial do DF

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Rita Silvana Santana dos Santos - UnB/UnB
(Professora-orientadora)

Profa. Ma Lucilene Costa e Silva – SEE/DF
(Tutora-orientadora)

Profa. Ma Suze Sabino da Silva - SEE/DF
(Examinadora Externa)

Brasília - DF, 19 de Dezembro de 2015.

Dedico esta monografia em primeiro lugar a Deus, a minha família e a todos que contribuíram para a realização desse trabalho, em especial ao Centro de Ensino Especial 01 do Gama que participou de forma positiva para que esse trabalho fosse concluído.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus por me proporcionar mais uma oportunidade de crescimento na minha vida acadêmica. À equipe do Centro de Ensino Especial 01 do Gama-DF pelo apoio, e aos meus amigos e amigas que apoiaram e me incentivaram durante o curso.

RESUMO

A inclusão escolar é uma prática cada vez mais frequente em diversos países. A educação inclusiva visa inserir as crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Sendo assim a presente pesquisa teve como objetivo, compreender o conceito de educação inclusiva desenvolvido em uma escola de ensino especial do Distrito Federal. A pesquisa consistiu em um levantamento bibliográfico sobre o tema em questão, seguida de uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa. Responderam ao questionário, contendo 8 questões abertas, 3 professores e 1 coordenador pedagógico. A partir da pesquisa observou-se que o conceito de educação inclusiva desenvolvido na escola consiste em uma abordagem humanística, democrática que entende o sujeito e suas singularidades tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social dos mesmos. A escola pesquisada é um espaço inclusivo que, apesar das dificuldades, atende com qualidade, alunos com diversos tipos de necessidades especiais.

Palavras-chave: Currículo, Coordenação Pedagógica, Diversidade, Inclusão.

ABSTRACT

School inclusion is an increasingly common practice in many countries. Inclusive education seeks to put children with special educational needs in mainstream education. Therefore this research aimed to understand the concept of inclusive education developed in a special education school in the Federal District. The research consisted of a literature review on the topic in question, followed by a qualitative approach of field research. They responded to the questionnaire with eight open questions, three teachers and one teaching coordinator. From the research it was observed that the concept of inclusive education developed at school consists of a humanistic approach, democratic who understands the subject and its singularities having as objectives growth, personal satisfaction and social inclusion thereof. The researched school is an inclusive space that, despite the difficulties, meets with quality students with various types of disabilities.

Keywords: Curriculum; Pedagogical Coordination, Diversity, Inclusion.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 - Contexto de pesquisa	10
1.2- Justificativa	10
1.3- Problema	11
2. OBJETIVOS	12
2.1- Objetivos Gerais	12
2.2- Objetivos Específicos	12
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
3.1-Breve Histórico - Educação Especial e Inclusão	13
4. EDUCAÇÃO INCLUSIVA	14
4.1– Inclusão Escolar	15
4.2- Educação Inclusiva no Distrito Federal	16
5- A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES	19
5.1- A Importância do Coordenador Pedagógico na Formação Continuada dos Professores que Atuam na Educação Inclusiva	19
5.2 - O papel do Coordenador Pedagógico na Escola Inclusiva	21
5.2.1- O coordenador e seus desafios	21
6. METODOLOGIA	25
7. ANÁLISE DE DADOS	27
8. CONCLUSÃO	33
REFERENCIAS	34
APÊNDICE	37

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda inclusão e diversidade como um desafio na realidade de uma Escola de Ensino Especial do Distrito Federal.

A inclusão escolar é uma prática cada vez mais frequente em diversos países. A educação inclusiva busca inserir as crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular. É um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade.

A Constituição Federal proíbe quaisquer formas de discriminação (Art. 3º - inciso IV). Em seu Art. 227 a Constituição Brasileira, no que se refere à assistência integral à saúde da criança e do adolescente, parágrafo 1º, item 2, dispõe sobre:

A criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Assim, independentemente do gênero, classe social ou outras características individuais/ sociais, a inclusão é um direito fundamental de todas as crianças. E por ser um direito fundamental, o direito à inclusão não pode ser negado a nenhum grupo social nem a nenhuma faixa etária. A inclusão garante que todos os alunos, tenham acesso a uma educação e vivam experiências de participação social. Considerar e repensar as diferenças segundo a perspectiva inclusiva aceitar implica em respeitar as características, os interesses, as motivações e necessidades de cada criança, o que só é possível criando estratégias e recursos educativos capazes de promover o seu desenvolvimento global (BRANDÃO & FERREIRA, 2013).

Diante do exposto a presente pesquisa objetivou analisar a concepção de educação inclusiva desenvolvida em uma escola de Ensino Especial do Distrito Federal.

1.1. Contexto de pesquisa

O Currículo em Movimento da Educação Básica da Secretária de Educação do Distrito Federal (2014), com a modalidade escolar Educação Inclusiva oferece a todos os alunos com necessidades Educacionais Especiais em todos os níveis e modalidade assegurando-os seus direitos e garantias.

Esta modalidade de ensino a ser desenvolvida na escola regular tem como perspectiva criar condições para que a diversidade de estudantes integrados respeitando a sua cultura com ações pra promover uma educação qualitativa com meios que atendam a diversidade de alunos inseridos na escola seguindo as diretrizes pedagógicas da SEE-DF.

Tem-se percebido que são necessárias escolas inclusivas e professores capacitados para enfrentar esse desafio escolar, pois muito se fala em integração e inclusão, mas às vezes nos parece mais exclusão escolar, pois nos deparamos com situações de alunos sem o devido acompanhamento e materiais insuficientes para sua aprendizagem.

A lei 9394/96 destaca nos artigos 58 e 59 que, todos os alunos tem direito a educação e que o Ensino Especial seja realizado preferencialmente na rede regular de ensino.

Precisa-se ter uma visão diferenciada para os alunos com necessidades Educacionais Especiais, quebrando barreiras, reformulando o sistema e currículos para que se alcance uma Educação Especial de qualidade respeitando o direito do cidadão.

O Centro de Ensino Especial pesquisado busca promover ações de ordem educacional, recreativa, cultural e social com a participação efetiva da família e da sociedade na qual está inserido, a fim de oferecer aos alunos com necessidades especiais, condições de desenvolvimento psicomotor, psicopedagógico, afetivo, cognitivo, ocupacional e social conforme suas possibilidades, permitindo sua inclusão na sociedade.

1.2. Justificativa

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996) assegura em seu artigo 4º, inciso III o direito ao atendimento educacional especializado

preferencialmente na rede regular de ensino servindo de base para o desenvolvimento desta pesquisa está direcionado para a compreensão da Educação inclusiva, em uma escola de ensino especial do Distrito Federal.

1.3. Problema

O trabalho inclusivo, nas escolas, é essencial, pois se trabalha com vidas singulares de crianças que precisam ser entendidas e compreendidas, sendo fundamental o processo de integração a um ambiente escolar de qualidade onde sejam desenvolvidos processos pedagógicos que estimulem e promovam a autoestima destes indivíduos, de forma sistemática e articuladas ao seu desenvolvimento global.

Observando a implementação da educação inclusiva na escola, percebe-se ainda um conjunto de questões que estão por serem analisadas para que a escola possa se considerar inclusiva. Uma delas é a participação ativa dos estudantes com necessidades especiais em todas as situações pedagógicas proporcionadas pela escola, é preciso se pensar e valorizar o ator principal especial, o educando, pois ele deve ser englobado integralmente em todas as atividades interagindo em todo o ambiente escolar mediado pelo coordenador com o apoio dos professores vendo o aluno como um ser que precisa ser cuidado, respeitado dentro e fora do espaço escolar.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivos Gerais

Compreender a concepção de educação inclusiva desenvolvido em uma escola de Ensino Especial do Distrito Federal.

2.2. Objetivos Específicos

- Compreender a importância do coordenador pedagógico no processo de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais;
- Conhecer a legislação que garante a inclusão de crianças com necessidades especiais.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. Breve Histórico - Educação Especial e Inclusão

A educação inclusiva vem avançando gradativamente na sociedade, ganhando espaço significativo com seu processo dinâmico e contínuo. A instituição educacional possui um papel importante na formação dos alunos com necessidades educacionais especiais integrando-os em um ambiente escolar adaptado e preparado para recebê-los.

Segundo o Currículo em Movimento da Educação Básica (2014), a escola é, sobretudo, um ambiente que recebe diferentes sujeitos com origens diversificadas, histórias, crenças e opiniões distintas, que trazem para dentro do ambiente escolar discursos que colaboram para sua efetivação e transformação.

De acordo com Rosa Blanco (1998), a inclusão é a idéia de que todos os alunos de uma comunidade tenham direitos de se educar juntos na escola de sua comunidade, em uma escola que não estimule requisitos e nem as seleções.

Sendo assim a educação inclusiva significa refletir uma escola onde seja possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem (GLAT, 2007).

A declaração universal dos direitos humanos (1948) em seu artigo 26º, afirma que, toda pessoa tem direito a educação, independentemente da cor, raça, sexo, língua ou classe social a qual pertence, a educação é um direito líquido e certo, contudo existem ainda alunos que não estão matriculados especialmente estudantes com necessidades educacionais especiais.

Na declaração de JOMTIEN (1990) quando o Brasil participou da grande conferência mundial “Educação para todos” realizada na Tailândia, o Brasil assume o compromisso de acabar com analfabetismo e universalizar o ensino fundamental nos países. Para conseguir cumprir com esse compromisso o Brasil tem criado políticas públicas para o ensino inclusivo municipal, estadual e federal.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994), alunos com necessidades educacionais especiais, devem ser inseridos em escolas comuns

onde prevaleça a pedagogia da centralidade no aluno valorizando e respeitando as suas diferenças. O aluno deve ser o protagonista principal da educação necessitando receber atenção especial respeitando e fazendo suas devidas adaptações curriculares para que sua aprendizagem seja significativa.

A convenção de Guatemala (1999) veio com o objetivo de abolir todo tipo de discriminação em relação às pessoas com necessidades educacionais especiais. E de acordo com a mesma, todos possuem os mesmos direitos e liberdades. E para isto é imprescindível que se tenha escolas verdadeiramente inclusivas que sejam acessíveis e que promova uma educação qualitativa adequando à escola as necessidades do estudante.

A Constituição de 1988 traz um marco legal favorecendo a educação inclusiva quando assume os princípios que foram propostos na declaração universal dos direitos humanos delegando autonomia e descentralizando poderes que sejam favoráveis aos estudantes.

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), a escola inclusiva precisa adaptar-se ao aluno e não ao contrário.

Segundo a Lei Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, a educação especial consiste em uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Ou seja, todos os sujeitos têm seus direitos e garantias assegurados na lei, onde se precisa dar uma atenção especial para essa diversidade existente na escola.

É indispensável que se crie políticas inclusivas, democráticas e que valorizem o aluno com necessidades educacionais especiais, integrando-o no espaço social e superando a exclusão. Assegurando que estes tenham os mesmos direitos à convivência com outros sujeitos e seu espaço seja um espaço integrador, onde se valoriza as diferenças individuais. Com isso a escola deve adaptar-se ao aluno sistematizando e articulando os espaços e comunidade escolar.

4. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

4.1. Inclusão Escolar

A proposta de inclusão surgiu no início do século XX, período em que os indivíduos com deficiência passaram a ser vistos como cidadãos com direitos e deveres. (MARQUES & HARTMANN, 2012). Consiste em uma prática cada vez mais frequente em vários países.

A inclusão escolar é uma proposta que representa valores simbólicos relevantes, harmônicos com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, no entanto ainda encontra sérias resistências. Estas se manifestam, especialmente, contra a ideia de que todos devem ter acesso garantido à escola comum. Entretanto a, constituição Federal de 1988 estabelece às autoridades e à sociedade brasileira a obrigatoriedade de efetivar essa política, como um direito público subjetivo, para o qual recursos humanos e materiais devem ser canalizados, atingindo, fundamentalmente, toda a educação básica (BRASIL, 2001).

No Brasil, como já mencionado, a educação inclusiva fundamenta-se na Constituição Federal de 1988, que em seu Art. 5º garante a todos o direito à igualdade. Já no Art. 205, trata sobre o direito de todos à educação, visando o pleno desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 198/ 2001, aprovou a lei baseada no disposto da Convenção de Guatemala que trata da abolição da discriminação contra a pessoa portadora de deficiência. Paralelo a esses documentos foram promulgadas, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e a Declaração de Salamanca em 1994, que reforçam movimentos em favor de uma educação inclusiva, afirmando uma situação de igualdade de direitos entre os cidadãos (LUIZ & NASCIMENTO, 2012). Estando garantida ainda na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB lei nº 9394/96, no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA lei nº 8.069/90 e ainda nas várias políticas de atendimento à pessoa com deficiência propostas pelo governo federal (SIQUEIRA & AGUILLERA, 2015).

Caracteriza-se como um princípio educacional, cujo conceito fundamental defende a diversidade na classe escolar, como situação

provocadora de interações entre crianças com situações pessoais distintas (KEBACH & DUARTE, 2008).

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a inclusão escolar é uma proposta que concebe valores simbólicos importantes e harmônicos com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, contudo, ainda encontra resistências. Que se manifestam, especialmente, contra a ideia de que todos devem ter acesso garantido à escola comum. A constituição Federal de 1988 garante a todos o direito a dignidade, aos direitos individuais e coletivos. Instituiu às autoridades e à sociedade brasileira a obrigatoriedade de concretizar esta política, como um direito público subjetivo, para o qual recursos humanos e materiais devem ser canalizados, atingindo, essencialmente, toda a educação básica.

A educação inclusiva visa inserir as crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular. A escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades, e a elas corresponde, com qualidade pedagógica, sem prejuízo da sua escolarização regular, onde a estimulação e integração podem diminuir dificuldades e ampliar o que a criança tem de melhor (MACHADO, 2015).

De acordo com Brasil (2001), a política de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física dos mesmos junto aos demais, representa também a ousadia de rever percepções e paradigmas, além de desenvolver o potencial dos mesmos, respeitando sempre suas diferenças e atendendo suas necessidades.

Para que inclusão se efetive em uma escola é imprescindível que os agentes educacionais tenham uma preparação adequada. A escola para ser considerada um espaço inclusivo, não pode ser uma instituição burocrática, que somente cumpre as normas estabelecidas pelos níveis centrais. Para tanto deve transformar-se em um espaço de decisão, visto como espaço de todos e para todos (SILVEIRA, 2011).

4.2. Educação Inclusiva no Distrito Federal

Nas escolas do Distrito Federal, observa-se um grande comprometimento com a criação de políticas públicas que favoreça o seu público alvo, que são os estudantes com necessidades especiais, transtorno global de desenvolvimento alta habilidade ou superdotação. O Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal em especial com educação inclusiva explicita um compromisso de ofertar uma educação de qualidade para a educação especial, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

O currículo do Distrito Federal compreende toda educação básica com objetivos definidos para todos os alunos, buscando ampliar tempos e espaços valorizando a diversidade destes estudantes inseridos na escola.

Conforme o currículo em movimento da Secretaria de Educação do Distrito federal 2013;

A SEEDF reestrutura seu currículo de educação básica partindo da definição de diversidade, com base na natureza das diferenças de gênero de intelectualidade, de raça/ etnia, de orientação sexual, de pertencimento, de personalidade, de cultura, de patrimônio, de classe social, diferenças motoras, sensoriais, enfim, a diversidade vista como possibilidade de adaptar-se e de sobreviver como espécie na sociedade (Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do Distrito federal, (2013), p. 41).

A educação inclusiva no DF de acordo com o Currículo em Movimento (2014) visa oferecer a todos os alunos um ensino de qualidade sem discriminação, podendo garantir todos os direitos sem distinção e valorizando a diversidade. Assim, o currículo deve ser dinâmico e flexível, porém deve valorizar as aprendizagens dos alunos colocando em prática os objetivos definidos.

Construir um currículo é pensar na diversidade existente na escola respeitando suas características individuais. De acordo com a LDB n° 9394/96 o currículo deve ter uma base comum, que atenda a diversidade de estudantes.

No Distrito Federal de acordo com o currículo em movimento o Ensino Especial passou por transformações relevantes para o crescimento e melhoria dessa modalidade.

De acordo com o Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do Distrito Federal (2013), o espaço dos Centros de Ensino Especial da

Secretaria de Educação do Distrito Federal, onde são atendidas as especificidades de cada aluno, precisa fazer adaptações curriculares a fim de atender as singularidades dos mesmos. E ainda de acordo com o Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do Distrito Federal (2013), estas adaptações curriculares são as seguintes;

Adaptações organizativas: questões organizacionais em sala de aula, como agrupamento de estudantes e disposição de mobiliários, de materiais didáticos, de espaço e ainda previsão de tempo para desenvolvimento de atividades.

Adaptações relativas a objetivos e conteúdos: referem-se à priorização de áreas ou unidades a serem abordadas como leitura, escrita e cálculos, buscando o desenvolvimento de habilidades sociais, de trabalho em equipe e de persistência para a conclusão de atividades.

Adaptações avaliativas: referem-se à modificação em instrumentos e técnicas de avaliação de modo que especificidades de estudantes com deficiência sejam atendidas.

Adaptações em procedimentos didáticos e em atividades de ensino- aprendizagem: referem-se ao como ensinar, alteração e seleção de métodos mais acessíveis, introdução de atividades prévias complementares e alternativas que preparem o estudante para novas aprendizagens, tendo o cuidado de fornecer recursos de apoio e diferentes níveis de complexidade.

Adaptações em temporalidade: dizem respeito ao tempo previsto para a realização de atividades e para se alcançar objetivos traçados. As adequações significativas são aquelas aplicadas quando as medidas curriculares menos significativas não atenderem especificidades de estudantes, resultantes de fatores como complexidade crescente de atividades e avanço na escolarização, defasagem entre sua competência curricular e de seus pares, abrangem:

Adaptações relativas e objetivos: sugerem decisões que modificam de forma significativa o planejamento quanto a objetivos definidos como, eliminação de objetivos básicos quando estes extrapolam condições do estudante de atingi-los, seja temporária ou permanentemente. Introdução de objetivos específicos ou alternativos que não estejam previstos para os demais estudantes, mas torna-se necessário inclui-los ou substituí-los por outros que não podem ser alcançados, temporária ou permanentemente. Introdução de objetivos específicos complementares não previstos para suplementar necessidade específica.

Adaptações relativas a conteúdos: introdução de conteúdos essenciais, assim como eliminação de conteúdos que, apesar de essenciais ao currículo são inviáveis para aquisição por parte do estudante.

Adaptações relativas a metodologia: quando existe necessidade de introdução de métodos específicos de atendimento ao estudante devem ser orientados pelo professor em atendimento educacional especializado .

Adaptações relativas a avaliação: estão vinculadas às alterações em conteúdos que foram acrescidos ou eliminados, evitando-se assim cobrança de resultados que possam estar além da capacidade do estudante.

Adaptações significativas em temporalidade: são ajustes temporais realizados para que o estudante adquira aprendizagens

necessárias a seu desenvolvimento, considerando seu próprio ritmo. Requer uma avaliação de contexto escolar e familiar, pelo fato da possibilidade de um prolongamento maior de tempo de escolarização do estudante, não significando retenção, mas parcelamento e sequenciamento de objetivos e conteúdos (Currículo em movimento, p.27).

As adequações/adaptações curriculares para que sejam satisfatoriamente positivas deve perpassar por toda comunidade escolar, que deve estar inserida no Projeto Político Pedagógico.

De acordo com a resolução CNE/CEB nº 2009, art. 10 a partir deste pequeno avanço na Educação Especial do Distrito Federal, percebe-se uma comunidade mais informada, onde luta-se pela sobrevivência educacional, e por seus direitos adquiridos de ir e vir e ser aceito dentro da sociedade sem ser discriminado.

5- A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES

5.1. A Importância do Coordenador Pedagógico na Formação Continuada dos Professores que Atuam na Educação Inclusiva

A principal função do coordenador pedagógico está associada ao processo de formação em serviço dos professores. Processo este designado de educação continuada. A Educação continuada se faz necessária pela própria natureza do saber e do fazer humano, como práticas que se transformam constantemente.

Segundo Placco & Almeida (2003), a principal função do coordenador pedagógico é cuidar da formação e desenvolvimento profissional dos educadores. É fundamental que se pense esta formação como a superação da fragmentação entre teoria e prática, entre escola e a prática docente, de modo que as dimensões da sincronicidade possam se manifestar e integrar, na concepção ampliada de si mesmo, do processo de ensino e aprendizagem e das relações sociais da e na escola.

Para Placco (2012), o coordenador pedagógico tem a função de coordenar o trabalho pedagógico na escola e, ainda, intermediar a formação de

sua equipe, atendendo as necessidades e demandas presentes na realidade da escola.

Para Piletti (1998) o coordenador pedagógico possui funções como:

- Acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, docência e avaliação;
- Fornecer subsídios que permitam aos professores atualizarem-se e aperfeiçoarem-se constantemente em relação ao exercício profissional;
- Promover reuniões, discussões e debates com a população escolar e a comunidade no sentido de melhorar sempre mais o processo educativo;
- Estimular os professores a desenvolverem com entusiasmo suas atividades, procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que aparecem.

De acordo com Pozzobon (2007), todas as crianças, jovens e adultos, em sua condição de seres humanos, têm direito de beneficiar-se de uma educação que atenda as suas necessidades básicas de aprendizagem, na acepção mais nobre e mais plena do termo, uma educação que signifique aprender e assimilar conhecimentos, aprender a fazer a conviver e a ser.

A formação continuada busca incentivar a construção de uma postura crítica, reflexiva e transformadora. Assim, entende-se que uma das principais funções do coordenador pedagógico é garantir a qualidade do serviço oferecido pelas instituições de ensino à população, fazendo isso, sobretudo, a partir da formação continuada dos professores. Contudo, nas escolas brasileiras, este entendimento de formação contínua do docente, que é realizado nas escolas mediante a ação do coordenador pedagógico tem sido adotado nas políticas públicas de formação, observando a transferência para as escolas de partes substanciais do desenvolvimento profissional do professor. Na maioria das vezes a ação do coordenador pedagógico não é pautada pelas necessidades e demandas da escola, uma vez que projetos e programas do governo assumem caráter prioritário e a própria cultura docente resiste às propostas feitas por ele (FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, 2011).

O princípio ideológico da inclusão é um direito de todos e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação fala que os direitos e garantias que são oferecidos a um cidadão independente de qualquer etnia, conceitos

ideológicos, religião, características físicas ou psicológicas devem ser verdadeiramente respeitados.

A tarefa principal do coordenador pedagógico é o de formar seu grupo docente, levando em consideração as políticas de formação oferecidas pelo sistema governamental que deve proporcionar ao professor e a escola políticas públicas com projetos que valorizem a educação inclusiva na escola.

Por fim, a formação do professor para trabalhar com os alunos com as diferentes necessidades a ser encarada de maneira planejada pedagogicamente e fisicamente dentro de projetos maiores de escola, sociedade e políticas públicas para inclusão.

5.2. O papel do Coordenador Pedagógico na Escola Inclusiva

5.2.1. O coordenador e seus desafios

Segundo Pires, 2005;

A função primeira do coordenador pedagógico é planejar e acompanhar a execução de todo o processo didático-pedagógico da instituição, tarefa de importância primordial e de inegável possibilidade e que encerra todas as possibilidades como também os limites da atuação desse profissional. Quando mais esse profissional se voltar para as ações que justificam e configuram a sua especificidade, maior também será o seu espaço de atuação. Em contrapartida, o distanciamento dessas atribuições seja por qual motivo for, irá aumentar a discordância e desconhecimento quanto as suas funções e ao seu papel na instituição escolar (PIRES, 2005, p. 182).

A grande função do coordenador pedagógico e o seu maior desafio na escola é realizar a coordenação junto às pessoas e não para as pessoas, pois este é um trabalho que deve ser articulado, mediado entre os sujeitos ativos e participativos no processo devendo ser devolvido com elaboração de projetos e acompanhamento constante, onde o coordenador auxilia seus docentes ajudando a resolver as dificuldades encontradas. Com esses desafios ele deve viabilizar meios que favoreçam os professores a desenvolverem seus projetos de modo que as aprendizagens, socialização e independência dos alunos sejam os objetivos maiores da escola e por isso, acompanhado e avaliado juntamente com o coordenado pedagógico.

Segundo Libâneo (2004), são funções do coordenador pedagógico,

Planejar, coordenar, gerir, acompanhar e avaliar todas as atividades da escola e da sala de aula visando atingir níveis satisfatórios de qualidade cognitiva e operativa das aprendizagens dos alunos, onde se requer formação profissional específica distinta da exercida pelos professores (LIBÂNEO, 2004, pp.221,224).

Ainda de acordo com Libâneo (2004), a função primordial do coordenador pedagógico é ajudar na parte didática dos professores com o foco na qualidade do ensino, fazendo as adequações necessárias para a aprendizagem dos alunos.

Com essa participação ativa o trabalho pedagógico será reflexivo e de qualidade despertando os alunos e professores para serem pessoas críticas e questionadoras no processo educacional.

A coordenação pedagógica é um espaço democrático crítico e reflexivo onde acontecem múltiplas ações necessitando de intervenções mediações das atitudes realizadas pelo coordenador junto à equipe docente. De acordo com a realidade em que a escola esta inserida e as dificuldades encontradas pelo o grupo docente, necessita-se de uma política que venha sanar essas dificuldades o coordenador deve redimensionar suas ações pedagógicas aplicadas na escola iniciando pelo diagnóstico para se chegar a um trabalho pedagógico dialógico e horizontal.

De acordo com as dificuldades encontradas o coordenador pedagógico deve pensar em políticas públicas de gestão democrática, ele deve buscar dialogar e rever suas ações e metas sobre diversos olhares reconhecendo as complexidades existentes no seu cotidiano e cabe a ele avaliar sua conduta dentro de uma perspectiva diagnóstica e formativa.

A gestão em assessoria com a coordenação busca trazer a comunidade escolar para tratar de assuntos relacionados aos discentes e dentro deste contexto busca-se reconhecimento das dificuldades encontradas nesta comunidade escolar por meio de discussões, debates, sugestões de forma democrática, dialógica, participativa e que atenda aos objetivos através de meios para obter uma educação de qualidade, tendo um olhar crítico e investigador para que seus objetivos sejam alcançados.

Assim, faz-se necessário a presença de um professor coordenador pedagógico que tenha visão transversal, interdisciplinar do todo e não só de

partes, pois tais características são imprescindíveis para que se desenvolvam atividades que favoreçam o aluno e a comunidade escolar.

A função de professor coordenador pedagógico teve início desde a educação dos jesuítas no Brasil, na década de 1970, na qual a educação precisava de profissionais para estar atuando nas áreas de orientação, gestão e coordenação pedagógica.

A função do coordenador pedagógico era de fiscalizar, controlar a educação dos alunos e professores.

Finalizando a década de 80, muda-se a nomenclatura, de professor coordenador pedagógico para coordenador pedagógico, coordenador de aluno, coordenador de área, surgindo pela primeira vez em São Paulo em 1985, por meio das escolas do município.

Na década de 1990 em estados como o Rio de Janeiro e Bahia instituíam-se e regularizava-se o cargo de coordenador pedagógico que era o profissional que iria organizar a parte pedagógica da escola.

Atualmente, em alguns estados, a função do coordenador pedagógico precisa ser mais valorizada, pois se escolhe um professor e, às vezes, até sem preparação para assumir um grande e responsável cargo pedagógico, onde dar suporte pedagógico aos professores formando, mediando e articulando as práticas pedagógicas.

As relações interpessoais vivenciadas no ambiente escolar devem ser mediadas pelo coordenador pedagógico, pois ele desenvolve seu trabalho voltado para a prática dos professores, onde suas estratégias devem ser críticas e democráticas dentro do processo de ensino aprendizagem para assim, facilitá-la, porém ele precisa compreender e interagir no processo pedagógico norteando e mediando todos os trabalhos desenvolvidos em prol da aprendizagem do educando e a prática do professor.

O reconhecimento da coordenação pedagógica como uma função na estrutura funcional e administrativa da escola como parte de sua organização formal é recente (ANDRADE & ANJOS, 2006). O trabalho de coordenação pedagógica é ao mesmo tempo essencial e complexo, pois busca estabelecer relações entre a realidade escolar e seus desafios cotidianos, bem como propor alternativas coerentes para superação das dificuldades inerentes ao fazer pedagógico.

O espaço de Coordenação Pedagógica é de extrema relevância para o percurso da escola pelos caminhos planejados. Seu trabalho não pode ser executado em gabinete, mas sim, na realidade do cotidiano das salas de aula. Ela precisa ser ativa e presente em todas as instâncias da escola. É ela que vai promover a unidade da equipe na busca do sucesso didático-pedagógico da escola, fazendo a mediação entre as diversas áreas do conhecimento e entre os diferentes profissionais. No trabalho por projetos, compete à Coordenação Pedagógica coordenar a elaboração dos projetos e procurar, nas demais instituições da comunidade (órgãos públicos, privados e empresas), a possibilidade da realização de parcerias e convênios de cooperação (BRASIL, 2004).

6. METODOLOGIA

A presente pesquisa consistiu em um levantamento bibliográfico sobre o tema em questão. Seguido de uma pesquisa de campo de caráter qualitativo. Segundo Goldenberg (1997), a pesquisa qualitativa não se atenta a representatividade numérica, e sim, ao aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização e etc.

O objetivo da pesquisa foi analisar o conceito de educação inclusiva, desenvolvido em um Centro de Ensino Especial do Distrito Federal. Os dados da pesquisa de campo foram obtidos a partir da aplicação de questionários, compostos por questões abertas.

Os questionários foram entregues na coordenação pedagógica, com o auxílio do coordenador pedagógico, no dia 20/ 10/ 2015 e foram recolhidos na coordenação seguinte, dia 22/ 10/ 2015.

Foram convidados a participar da pesquisa oito professores e um coordenador, que atuam no Centro de Ensino Especial 01 do Gama. Entretanto apenas três professores e o coordenador, aceitaram participar da pesquisa.

A escola pesquisada, atualmente atende a 430 alunos com os mais diversos tipos de necessidades especiais. E conta com o apoio de 180 professores efetivos; 28 professores substitutos; 1 orientador educacional e 4 coordenadores pedagógicos, que estão incluídos nos 180 professores efetivos. Possui sala de direção, coordenação pedagógica, secretaria e salas de aula.

O centro de Ensino Especial é uma instituição especializada no atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais. Possui sala de direção e professores, coordenação pedagógica, secretaria, auditório, parque, pátio, laboratório de informática, refeitório e sala de atendimento complementar. Oferece estimulação precoce e oficinas pedagógicas. As salas e turmas são formadas de acordo a idade cronológica e mental dos alunos respeitando as características da criança fazendo os devidos agrupamentos para facilitar a aprendizagem do aluno e o desenvolvimento do trabalho pedagógico do professor. Na sala de atendimento complementar são recebidos alunos inclusos da rede regular de ensino. O tipo de atendimento prestado na instituição de ensino são atividades pedagógicas pensadas e direcionadas a cada especificidade do aluno buscando a sua participação significativa nas

atividades pedagógicas, lúdicas, culturais, esportivas cívicas artísticas e ambientais que sejam relevantes para o seu desenvolvimento.

No centro de ensino especial são oferecidas atividades que auxiliam no desenvolvimento social e afetivo aluno.

7. ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa aconteceu em um Centro de Ensino Especial do Distrito Federal com a participação de três professores e um coordenador pedagógico que atuam com alunos com necessidades educacionais especiais. A escola foi escolhida por ter um público alvo direcionado ao tema escolhido inclusão e diversidade. A escola atende alunos com necessidades educacionais especiais, deficiências múltiplas, transtorno do desenvolvimento global, deficiência visual, física, auditiva.

Assim, quando questionados sobre a escola em questão ser um espaço inclusivo, houve divergência, dois professores concordaram que sim e dois professores e o coordenador disseram que não, que a escola precisa de melhorias na estrutura e os professores precisam de mais capacitação.

“Não. É um Centro de Ensino Especial o qual deve se desenvolver um trabalho especializado para os educandos que ainda não estão prontos para a inclusão.”(Coordenador (a): E. F).

“Sim. O centro de ensino especial recebe alunos de todas as idades, encaminha alunos para os escolares regulares e atende aos mesmos nos atendimentos complementar.” (Professor (a): K. C. P.).

“Sim. Na realidade do sistema educacional vigente a estrutura Física de CEE-01, favorece a mobilidade e procura incluir os nossos alunos. Em relação ao corpo docente procuramos dentro da nossa pratica pedagógica ter como foco a educação inclusiva.” (Professor (a): N. O. S.).

A inclusão escolar fundamenta-se na Constituição Federal de 1988, que estabelece às autoridades e à sociedade brasileira a obrigatoriedade de efetivar a inclusão, como um direito público subjetivo, para o qual recursos humanos e materiais devem ser canalizados, atingindo, fundamentalmente, toda a educação básica (BRASIL, 2001). Paralelo a Constituição Federal de 1988 foram promulgadas, a Declaração de Salamanca em 1994, que reforça o

movimento em favor de uma educação inclusiva, afirmando uma situação de igualdade de direitos entre os cidadãos. Sendo garantida ainda na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB lei nº 9394/96, no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA lei nº 8.069/90, dentre outras.

A escola pesquisada, apesar de apresentar alguns problemas estruturais e de recursos, pode ser considerada um espaço inclusivo. Onde são atendidos alunos com os mais variados tipos de necessidades educacionais, como por exemplo, deficiências múltiplas, transtorno do desenvolvimento global, deficiência visual, física, auditiva.

Quanto às dificuldades encontradas, foram obtidas respostas diversificadas, mas que acabam se complementando como um todo. Nesta parte da pesquisa observa-se que as dificuldades apontadas são as mesmas encontradas em uma escola de educação básica, como por exemplo, aspectos físicos e estruturais da escola e falta de materiais.

“Considerando ser um Centro de Ensino Especial a dificuldade está localizada na aplicação de atividades que conduzam o educando a inclusão.” (Coordenador (a): E. F.).

“Parceria com a saúde e órgãos de defesa da pessoa com deficiência, principalmente aos alunos maiores de idade, aspectos físicos e estruturais da escola (espaço físico), questões sociais e econômicas dos familiares.” (Professor (a): K. C. P.).

“Como um todo, para mim, isso passa por todo o sistema educacional. Ex: estrutura física das escolas.” (Professor (a): N. O. S.).

“Estrutura física, falta de materiais adequados cursos de formação mais acessíveis ao professor.” (Professor (a): L. M.).

Goffredo (1992) e Manzini (1999) já alertavam para o fato de que para a implantação da educação inclusiva problemas como, a falta de formação dos professores para atender às necessidades educativas especiais, além de infraestrutura adequada e condições materiais para o trabalho pedagógico junto a crianças com necessidades especiais, seriam grandes obstáculos.

Ao serem indagados sobre o preparo para trabalhar com ensino especial observou-se que, a maioria dos professores consideram-se preparados para trabalhar com a educação inclusiva. No entanto, observou-se também que ainda há a necessidade de formulação de políticas públicas efetivas que

garantam a formação continuada dos professores que atuam com o ensino especial, principalmente, com relação às pós-graduações relacionadas a esta modalidade de ensino.

“Sim, para trabalhar com educação especial e inclusiva por ter diversos cursos nas áreas diversas.” (Coordenador (a): E. F.).

“Em parte. Penso que nesse aspecto de capacitação tenhamos que nos atualizarmos sempre.” (Professor (a): K. C. P.).

“Sim. Busco sempre me atualizar e ter um olhar mais sensível com relação aos meus alunos.” (Professor: N. O. S.).

“Sim, porém poderia haver mais formação sem que o professor buscar sozinho.” (Professor (a): L. M.).

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), reconhece a importância destes aspectos como pré-requisitos para a inclusão, ao estabelecer, em seu artigo 59 que: Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: [...] III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Quando questionados sobre a qualidade do ensino inclusivo, se ele é ofertado com qualidade pedagógica. Os mesmos afirmaram que, a educação especial precisa adequar o seu currículo a fim de garantir um atendimento de qualidade, além disso, os professores também precisam aprimorar o seu método do ensino.

“A educação especial necessita, na atualidade, de ser classificada como atendimento especializado que conduz o aluno para a educação inclusiva. Possuir um currículo que realmente atendesse a necessidade do educando com necessidades educacionais especiais pontualmente de acordo com suas habilidades e competências.”

“Como em todas as áreas, temos profissionais dedicados e não dedicados.” (Coordenador (a): E. F.).

“Sim. E penso que parte do corpo docente melhorar a qualidade da educação especial. Não podendo esquecer que o estado deve ofertar a sua parte, referendada na LDB.” (Professor (a): N. O. S.).

Como mencionado anteriormente e de acordo com Machado (2015), escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades, e a elas satisfaz, com qualidade pedagógica.

Sobre os cursos oferecidos pela secretaria de educação a maioria afirmou estar sempre participando de cursos de capacitação. No entanto observou-se que, ainda há a necessidade de políticas públicas incisivas e contínuas no sentido de qualificação docente para a Educação Especial.

“No momento nenhum, porem já participei de vários outros na área de educação inclusiva.” (Coordenador (a): E. F.).

“Todos os possíveis que são ofertados e que estão dentro da nossa atuação, ex: autismo, (TEA), deficiência múltipla, uso das tecnologias e outros.” (Professor (a): K. C. P.).

“No momento, concluindo o curso de especialização com parceria da UNB.” (Professor (a): N. O. S.).

Todos afirmam que a maior contribuição como professor e/ ou coordenador pedagógico, para uma educação de qualidade, é poder estar inserido neste ambiente inclusivo e assim poder contribuir para o ensino aprendizagem dos alunos.

“Coordeno com um grupo de atendimento especializado que atendo no LIED-Laboratório de informática do Centro de Ensino Especial. Com 230 alunos de escolas inclusivas e mais 150 alunos do CEE 01.” (Coordenador (a): E. F.).

“Recebemos a família para avaliações, orientações, encaminhamentos; Intervenção e orientação nas dificuldades com os professores; Capacitação na área de ensino especial e inclusão; Parcerias com a saúde, órgãos de defesa da criança e adolescentes e pessoas com deficiência.” (Professor (a): K. C. P.).

“Buscar sempre me especializar e atualizar no que se refere a literatura da educação especial.” (Professor (a): N. O. S.).

“O trabalho visando a afetividade professor aluno e a divulgação do trabalho dos alunos em locais diversificados.” (Professor (a): L. M.).

O coordenador pedagógico é o agente que contribui para a transformação das instituições escolares de maneira significativa para o sucesso das entidades de ensino. Tendo como principais funções coordenar o trabalho pedagógico na escola, intermediar a formação de sua equipe, atendendo as necessidades e demandas presentes na realidade da escola. Além de, planejar e acompanhar a execução de todo o processo didático e pedagógico da instituição.

Sobre o Currículo em Movimento (2013), estar ao alcance de todos, dois professores e o coordenador disseram que sim, e dois professores afirmaram não ter conhecimento do que é abordado no Currículo em Movimento da Educação Básica.

“Sim, porém preciso ser muito resumida a orientação referente ao CEE 01 quando se fala do desenvolvimento pedagógico.”
(Coordenador (a): E. F.).

“Sim.” (Professor (a): L. M.).

O currículo em movimento da educação básica do Distrito Federal em especial com educação inclusiva busca oferecer uma educação de qualidade para a educação especial, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Como já mencionado anteriormente, a coordenação pedagógica é um espaço democrático, crítico e reflexivo onde ocorrem múltiplas ações precisando de intervenções e mediações das atitudes realizadas pelo coordenador junto à equipe docente. De acordo com a realidade em que a escola esta inserida e as dificuldades encontradas pelo o grupo docente, faz-se necessário uma política que venha sanar as dificuldades que surgirem. Assim, quando questionados se a escola promove, nos momentos de coordenação reflexões sobre a educação inclusiva e o ensino especial, ficou evidente que o tempo de coordenação pedagógica precisa ser melhor aproveitado.

“Não. Creio que a escola já proporcionou, porém na atualidade não vejo interesses em estudos.” (Coordenador (a): E. F.).

“Acredito que o período de coordenação precisa ser melhor aproveitado. E um momento rico de formação. Creio que nos como professores ainda precisamos da a devida importância a esse momento.” (Professor (a): N. O. S.).

“Raramente.” (Professor (a): L. M.).

A partir do desenvolvimento da pesquisa percebeu-se que, os professores que lidam diretamente com alunos com necessidades especiais precisam de capacitação constante, pois se deparam com barreiras no seu dia-a-dia que precisam ser solucionadas. O professor, diante da realidade inclusiva em sala de aula, precisa estar sempre buscando fundamentação teórica para suas ações práticas na relação com a criança com necessidades especiais.

Para posteriormente estruturar novas formas de ação que visem melhor atender a estes alunos.

Como já mencionado anteriormente, a educação inclusiva esta ganhando um espaço significativo com seu processo dinâmico e contínuo. De acordo com o Currículo em Movimento da Educação Básica, a escola é, especialmente, um ambiente que recebe diferentes sujeitos com origens diversificadas, histórias, crenças e opiniões distintas, que trazem para dentro do ambiente escolar discursos que colaboram para sua efetivação e transformação.

A educação inclusiva indicada no currículo da Secretaria de Educação do Distrito Federal visa um ensino de qualidade que deve ser oferecido na escola contextualizando no dia-a-dia do aluno valorizando a diversidade inserida na instituição escolar podendo contribuir para o crescimento cultural e social da escola e sociedade com mudanças necessárias na instituição escolar para que aconteça a inclusão/integração trabalhando o currículo e fazendo suas devidas adaptações curriculares para facilitar o desempenho dos alunos com necessidades educacionais especiais. E transformando a escola em um espaço para todos. Ela favorece a diversidade na medida em que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar.

Como afirma Silveira, (2011), para que inclusão se concretize em uma escola é indispensável que os agentes educacionais tenham uma preparação adequada. Precisa transformar-se em um espaço de decisão, visto como espaço de todos e para todos.

Assim, observou-se que a escola pesquisada, apesar das dificuldades, pode ser considerada um ambiente inclusivo onde, os docentes conhecem cada aluno que ali esta matriculado, respeitam suas potencialidades e necessidades individuais, e sempre correspondem a elas com qualidade pedagógica.

8. CONCLUSÃO

Observou-se que na escola a educação inclusiva ainda continua em um processo contínuo. Com isso a importância indispensável do coordenador pedagógico auxiliando seu grupo de professores sendo mediador e articulador no processo de aprendizagem e na formação continuada dos educadores que atuam com os alunos especiais.

Verificou-se também, a necessidade de implantação de projetos direcionados aos alunos com necessidades especiais, criando-se políticas públicas que valorizem o protagonista principal da educação.

Na escola pesquisada, observou-se que são vivenciados momentos de socialização, com o intuito de proporcionar mais autonomia e integração do aluno com deficiência, além disso, as práticas pedagógicas pautadas nas possibilidades são o foco das atividades desenvolvidas.

Assim, o conceito de educação inclusiva desenvolvido na escola consiste em uma abordagem humanística, democrática que entende o sujeito e suas singularidades tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social dos mesmos. A escola pesquisada é um espaço inclusivo que, apesar das dificuldades, atende com qualidade, alunos com diversos tipos de necessidades especiais. Preparando-os para o ensino regular além de oferecer, aos mesmos, atividades complementares. Observou-se também a complexidade da função de coordenador no processo de inserção destas crianças, que é carregada de desafios e contradições. Na maioria das vezes o coordenador se vê levado a desenvolver múltiplas tarefas a fim de atender as muitas necessidades e imprevistos que ocorrem no dia-a-dia da escola.

REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, M. R. S.; ANJOS, R. D. **As interfaces da atuação do coordenador pedagógico: contribuições aos docentes.** Disponível em:
<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/anaisEvento/arquivos/CI-488-04.pdf>. Acesso em: 16/ 01/ 2016.
2. BLANCO, R. **Aprendiendo em la Diversidad: implicaciones educativas,** In: Anais do III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial. Vol.1 Foz do Iguaçu: Paraná, 1998.
3. BRANDÃO, M. T.; FERREIRA, M. **Inclusion of children with special educational needs in early childhood education.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 19, n. 4, p. 487-502, Out.-Dez., 2013.
4. BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 19/ 09/ 2015.
5. _____. **Currículo em movimento da educação básica – pressupostos teóricos.** Secretaria de Educação do Distrito Federal. Brasília. 2014.
6. _____. **Currículo em movimento da educação básica - educação especial.** Brasília. 2014.
7. _____. Fundação Carlos Chagas. Fundação Victor Civita. **Formação continuada de professores: uma análise das modalidades e das práticas em estados e municípios brasileiros.** Estudos e pesquisas educacionais. Junho, 2011.
8. _____. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001. CARVALHO, R. E. Escola Inclusiva.
9. _____. Ministério da Educação - Secretaria de educação Especial. **Fundamentação filosófica - Programa Educação inclusiva Direito à Diversidade.** Brasília - 2004.
10. _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa.** Brasília: Ministério da Educação, 2001, v.2. 144p.
11. _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei no 9394/96. 1996.
12. _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação inclusiva a escola.** Brasília. 2004.

13. CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva com os pingos nos is**. Porto Alegre. Mediação, 2004.
14. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 28/ 11/ 2015.
15. DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1989.
16. GLAT, R. **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro - RJ. 7 Letras, 2007.
17. GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record. 1997.
18. KEBACH, P. D.R. **Educação musical e Educação especial: processos de inclusão no sistema regular de ensino**. Edição on-line Textos e debates - Revista UFRR, v. 1, n. 15. 2008.
19. KEHL, M.R. **Sobre ética e psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
20. LIBÂNEO, J.C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 5ª Ed. Goiânia, Alternativa, 2004.
21. LUIZ, F.M.R.; NASCIMENTO, L.C. **School inclusion of children with down syndrome: experiences told by families**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.18, n.1, p. 127-140, Jan.-Mar., 2012.
22. MAANEN, J. V. **Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface**. In *Administrative Science Quarterly*. Vol.24, nº. 4 December 1979.
23. MACHADO, A. **Políticas públicas de inclusão escolar para alunos com síndrome de down na rede regular de ensino**. Revista Eventos Pedagógicos Articulação universidade e escola nas ações do ensino de matemática e ciências v.6, n.2 (15. ed.), número regular, p. 21-31, jun./jul. 2015.
24. PLACCO, V. M. S.; ALMEIDA, L. R. **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. São Paulo: Loyola, 2003.
25. PLACCO, V. M. S.; et al. **Proposição de políticas públicas quanto à formação de coordenadores pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 2012.
26. PIRES, E. D. P. B. **A prática do coordenador pedagógico – Limites e perspectivas**. Dissertação. Mestrado em Educação - Faculdade de educação. Universidade Estadual de Campinas – SP. 2005.

27. POZZOBON, A. P. **A crise necessária na inclusão escolar. Será que sabemos o que é inclusão.** In: Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial. 2007.
28. SILVEIRA, C. C. **Inclusão de alunos com síndrome de down: percepção dos agentes educacionais na rede estadual de educação no município de Goiânia-GO.** Trabalho de Conclusão de Curso.
29. Universidade Estadual de Goiás, UnUCET. Anápolis. 2011.
30. SIQUEIRA, M.G. S.; AGUILLERA, F. **Modelos e diretrizes para uma educação inclusiva: revisão de literatura.** Revista Educação Especial | v. 28 | n. 52 | p. 281-294 | maio/ago. 2015.

APÊNDICE

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Nome: _____

Formação: _____

Experiência (tempo): _____

Formação continuada: (Quais?) _____

Prezado (a) professor participo do curso de Pós - Graduação Lato Senso em Coordenação Pedagógica Escola de Gestores e estou fazendo essa pesquisa, peço a sua contribuição em relação à Educação Inclusiva oferecida na escola, a sua participação é muito importante para o desenvolvimento desta pesquisa científica. Peço por favor, que colabore respondendo as questões sugeridas.

Agradeço pela colaboração!

Rivaneide Magalhães

1-A sua escola é inclusiva? Em relação a estrutura e corpo docente?-

2-Quais as dificuldades encontradas para que a escola seja realmente inclusiva?

3-Você se acha capacitado (a) para trabalhar com o ensino especial?

4-Você acha que o ensino especial é ofertado com qualidade pedagógica?

5-Quais cursos oferecidos pela Secretaria de Educação do Distrito Federal você participa?

6-Qual a sua contribuição como gestor, coordenador, professor para a melhoria da educação inclusiva do Distrito Federal?

7-você conhece o currículo em movimento da educação básica a parte que fala sobre a educação especial? ?

8 -A escola tem promovido, no período de coordenação, estudos para que haja reflexão sobre a educação inclusiva para o ensino especial?
